

ENTRE A CARIDADE E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

As diversas atividades desempenhadas pela Santa Casa de Misericórdia na Parahyba imperial

Naiara Ferraz B. ALVES
Ms.Profª. Ensino Fundamental II
Município de Bayeux- PB
naiara.clio@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: ELITES; SANTA CASA; PARAHYBA;

Nosso trabalho tem por objetivo apresentar algumas questões referentes às relações culturais e político-administrativas, existentes entre a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, e as práticas políticas da elite dessa província, durante o século XIX. Para tanto, pretendemos examinar as atividades desempenhadas por esta irmandade e as atitudes de seus patronos, que, em geral, encontravam-se ocupando cargos administrativos na província. Ao concluir nossa pesquisa, ainda em fase inicial, pretendemos compreender as diferentes formas que o século XIX tinha de se relacionar com o público e o privado. Em um primeiro momento deste estudo, iremos destacar as atividades dessa instituição, tão cara à sociedade imperial paraibana do século XIX, bem como os personagens deste jogo político-administrativo, que permeava as atividades da Igreja.

A princípio, embasamo-nos no texto de Russell-Wood (1981) — **Fidalgos e Filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755 —, e no texto de Seixas, (1987) — **Santa casa da Misericórdia da Paraíba 385 Anos**. Tais textos descrevem as atividades e participantes desta instituição, tão ativa e importante no cotidiano da Parahyba imperial. Podemos destacar como atividades da Santa Casa: sua atuação como hospital, acolhimento aos órfãos, e espaço para os enterramentos dos irmãos.

A sociedade imperial paraibana configura-se como um modelo e elemento das estruturas deixadas pelo período colonial que, evidentemente, procuraram ser um reflexo da sociedade portuguesa. Dessa forma, as instituições que foram implementadas na colônia americana são confrarias que funcionavam na sociedade européia. No caso mais específico da Santa Casa, essa relação ia um pouco mais além, pois não era uma simples questão de funcionar, mas de fazer parte da estrutura e organização das diversas cidades portuguesas, desde o século XV, quando a Irmandade da Misericórdia auxiliou o

governo no recolhimento e enterramento dos corpos resultantes de moléstias e desastres naturais, como terremotos. Partia da sociedade a atitude de se organizar e participar de atividades que favoreciam a administração pública.

No Brasil não seria diferente. A Santa Casa era estabelecida e fundamentada nas mesmas bases que as Misericórdias da metrópole. Ao se tornar um império, o Brasil mantinha suas Santas Casas que, na maioria das vezes, era o único lugar que poderia socorrer a sociedade imperial, inclusive no caso da Parahyba, onde a Santa Casa da Misericórdia foi fundada, ainda no século XVI. De acordo com Seixas (1987), consta nos autos da Inquisição, em sua primeira *visitação às partes do Brasil*, relatos da presença física do prédio da Igreja da Misericórdia. Mas esta necessidade “urgente”, em se instalar a Irmandade da Misericórdia, não se restringe, apenas, ao seu apelo ao socorro espiritual, visto que esta atividade específica, logo estaria salvaguardada por outras confrarias, como a dos franciscanos e beneditinos, que se instalaram na cidade de Nossa senhora das Neves. A “urgência” era determinada por outras necessidades que a Santa Casa supria, como o acolhimento aos pobres, enterramentos e a implantação do hospital. Segundo as normas da instituição, ao estabelecimento religioso se anexava o hospital, que era construído logo após a igreja.

As Igrejas da Misericórdia e os hospitais (ou Santa Casa) eram presenças importantes no desenvolvimento urbanístico de todas as cidades coloniais portuguesas e marca registrada da sociedade imperial brasileira, pois permaneceram atuantes e relevantes para uma sociedade que administrava seus caminhos de acordo com os interesses de uma elite escravagista e excludente.

É indiscutível o papel que ela (*a Santa Casa*) tem desempenhado não apenas pelas circunstâncias acima apontadas, como pelo entrosamento de sua administração com os negócios públicos, em certas épocas e, ainda, porque à sua frente, no cargo máximo de provedor, patenteiam-se figuras da maior evidência e prestígio no mundo político, social, religioso e econômico durante os períodos colonial, monárquico e republicano. (SEIXAS, 1987, p.25)

Nomes da elite paraibana da época estão presentes na administração da Santa Casa, atuando em grande parte no cargo de Provedor. São nomes facilmente reconhecidos, e que estão, também, nas atividades de administração pública. Esta foi a forma encontrada para que essas pessoas se estabelecessem nesses cargos, efetivando, assim, um controle social, caracterizado por uma relação direta entre as

benfeitorias da Santa Casa e as atividades desempenhadas pela organização pública administrativa. Evidentemente que não se trata de agradar o povo que hoje conhecemos, mas o povo e o cidadão de bem, Dessa forma, é esse povo que se configura como a elite brasileira. Era, portanto, essa elite que se interessava pelos caminhos tomados pela administração pública e que apareciam nos discursos dos administradores do Brasil imperial. E em nosso trabalho a idéia de um *Brasil imperial*, configura-se em diferentes momentos de nossa história. Iniciando-se com o ano de 1815, quando o Brasil passou a fazer parte do Império português, seguido do momento em que tornou-se independente politicamente de Portugal, passando então pelo primeiro reinado, regências e finalmente o segundo reinado. Neste caso, momento em que o Brasil experimentou efetivamente sua auto-administração monárquica.

Dentre as figuras que destacamos, para a realização de nossas pesquisas futuras, estão presentes: *Augusto Xavier de Carvalho, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Francisco Xavier de Melo Osório*, pessoas relevantes na história da administração pública paraibana e com sobrenomes de destaque, como no caso do sr. Monteiro da Franca, para a história política da Parahyba. Estes formariam o grupo que denominamos como Provedores do Império Português. *João Alves Sanches Massa, Antônio Miranda Silva Coelho e o Cap. João Antonio Alves*, formariam o grupo que denominamos como Provedores do breve, mas denso Primeiro Reinado. Em seguida estão presentes os provedores que selecionamos, dentro do período da regência, *Joaquim Batista Avondano, Pe. José da Costa Cirne, João José Inocêncio Poggi*. Concluindo, os três que escolhemos dentre os muitos nomes de destaque, do período coincidente com o segundo reinado, *Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, Felizardo Toscano de Brito e Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha*.

Esses personagens da elite paraibana atuaram na administração pública, assumindo, por períodos variados, mas renovados, a cada ano, o cargo de provedores da Santa Casa de Misericórdia na Província da Parahyba. Nesse contexto, temos como alvo de nossa pesquisa, caracterizar a maneira como a instituição da Santa Casa de misericórdia era utilizada para os propósitos políticos dessa elite.

A princípio, podemos destacar a figura de *Augusto Xavier de Carvalho que foi provedor da Santa Casa* no ano de 1810 e substituiu Amaro Gomes Coutinho nessa mesma provedoria, no ano de 1817, após os desfechos da Revolução decorrida neste mesmo ano. Augusto Xavier era português e atuava na administração da Província da

Paraíba. Durante o desfecho da Revolução de 1817, convenceu seu filho, José Peregrino de Carvalho (um dos líderes que retornara do Rio Grande do Norte para socorrer a Revolução na Parahyba, mas ao chegar seus companheiros já haviam abandonado a causa, uns haviam fugido, outros tinham sido presos) a se entregar ao governo do regente D. João VI, que, por sua vez, foi implacável, condenando-o pelo crime de *lesa majestade*, pelo qual a pena foi a morte e esquartejamento, com exposição das partes do corpo em regiões estratégicas, como uma demonstração de força e de exemplo, para que as pessoas não repetissem as atitudes dos revolucionários. Após esta situação constrangedora entre Augusto Xavier e o reino, as coisas melhoraram. Ele assumiu posições na administração da província, foi eleito como representante da Junta Governativa e foi eleito com 67 votos como secretário da segunda junta em 3 de fevereiro de 1822. No ano seguinte, foi representante da Parahyba na Assembléia Constituinte de 1823 (apesar de não ter tido uma atuação efetiva, com grandes pronunciamentos, compôs o quadro e representou os interesses dos bons cidadãos paraibanos). É, portanto, personagem importante da história política da Parahyba, e que teve em sua trajetória tanto pessoal quanto profissional, a Santa Casa de Misericórdia como parte relevante deste processo.

Dessa forma, as atitudes e atividades desempenhadas por esta elite, no comando da Santa Casa, configuravam-se socialmente como obras de caridade, mas que permeavam as questões, muitas das vezes, mais práticas da vida cotidiana. Estas irmandades da Misericórdia estavam imbricadas ao cotidiano das cidades imperiais brasileiras, as mais antigas e desenvolvidas urbanisticamente. Portanto, questões como os enterramentos dos irmãos que possuíam suas relevância religiosa, visto que a presença da Igreja era bastante forte e influente no imaginário da população imperial, fosse esta elite, paraibana, brasileira, ou portuguesa, estavam diretamente ligadas às questões de organização pública.

No caso dos enterramentos, por exemplo, a administração pública e a Santa Casa estavam tão interligadas, que a irmandade da Misericórdia foi, na Parahyba, uma das instituições que menos retaliou o governo, no momento em que os cemitérios foram afastados da Igreja e colocados em terrenos à parte. As discussões da Assembléia Legislativa apenas permeavam as discussões da mesa regedora desta irmandade, chegando, mesmo, a ser exemplo para as demais irmandades que relutavam em afastar seus mortos do solo sagrado.

Mas, os enterramentos e a morte não devem ser vistos como algo pragmático para estas instituições cujos rituais iam bem mais além, como destaca o autor Reis (1998), em seu livro, **A morte é uma festa**. A preocupação com uma boa morte foi uma constante na sociedade brasileira do século XIX, pois muito se discutia e se pensava sobre os destinos da alma após a morte. Nesse sentido, a morte não era vista como um fim, mas sim o início de uma longa viagem para a vida eterna, que poderia ter destinos diversos: o purgatório, o céu ou o inferno.

A morte é uma “festa”, um intenso processo de manifestação social, um rito elaborado, onde a alma é preparada para sua viagem. A irmandade era, também, uma das formas de se garantir ações que favoreceriam a alma, na hora do julgamento final, pois pertencer a uma confraria era sinônimo de que se teria a garantia de um velório, cortejo, e, principalmente, um sepultamento. Além de todo este processo, o irmão tinha ainda a confiança de que seus confrades iriam rezar por sua alma, o que era vital para a invocação dos santos na tentativa de resgatar as almas perdidas do purgatório.

Esta perspectiva diante das obrigações perante a morte irá sofrer alterações ao longo do século XIX, mas a princípio era uma obrigação estabelecida nos primórdios das Casas de Misericórdia européias. Como demonstra esta passagem do texto de Russell-Wood (1981):

Os estatutos da Misericórdia estipulavam que cada irmão deveria ser acompanhado à sepultura por um cortejo cerimonial da irmandade. Além dessas obrigações estatutárias, a Misericórdia administrava diversos serviços funerários, tanto contra pagamento quanto por caridade. Nesses serviços, a Misericórdia continuava uma tradição de funerais cooperativos existentes nas irmandades da Europa ocidental desde o início do Império Romano. O legado dessa tradição fora preservado nos estatutos das irmandades medievais e no Compromisso da Misericórdia de Lisboa. (p.153)

Reis (1997) destaca, ainda, que o ideal de morte era esta ser anunciada por uma doença, já que a morte acidental, durante uma viagem, ou em um trágico acidente, não deixaria opção para que o falecido fizesse muitas escolhas sobre a forma como queria ser enterrado, ou as atividades que gostaria que seus familiares desempenhassem a partir do seu falecimento.

O testamento era a melhor forma de se garantir que seus desejos após a morte fossem realizados, tudo com o interesse de pôr a “alma no caminho da salvação”. Muitos organizavam sua morte oralmente, de preferência na presença de familiares, amigos e do

padre. Outros, inclusive homens libertos, muitas vezes ditavam ou escreviam os seus testamentos, onde destinavam parte de seus bens à organização dos próprios funerais. Os que se preparavam para morte poderiam dizer aos seus familiares, o que queriam que fosse feito, diante do seu acontecimento e, posteriormente, em termos de sepultamento, missas, orações, doações. Eram nos testamentos que se procurava pagar promessas não feitas e se reconciliar com os santos que seriam os advogados na hora do juízo final. (REIS, 1997, p.102).

Outro detalhe importante, para se ter uma boa morte, era a roupa com a qual seria enterrado. Reis (1997) descreve toda a preocupação dos homens e das mulheres do século XIX, com a vestimenta que utilizariam no pós-morte. Os que tinham condições utilizavam mortalhas representando santos ou ordens terceiras, o que era feito com a intenção de invocar a proteção dos respectivos santos. Não era qualquer pessoa que deveria vestir o corpo do morto. Este trabalho exigia prática. Além da experiência, a pessoa deveria ter dons especiais, para que, enquanto o morto fosse vestido, encomendasse sua alma e fizesse orações pedindo por sua salvação.

Observamos que, com toda esta pompa e detalhes que envolviam os funerais, as pessoas não queriam morrer sozinhas. Os que tinham dinheiro contratavam pessoas para acompanhar seus cortejos, de preferência pobres que, segundo os dogmas da Igreja, estariam mais pertos da salvação, e o trabalho de outras irmandades, também, inclusive de negros, para que acompanhassem, com toda a pompa que possuísem, os cortejos encomendados antes do falecimento. Para o próprio velório já havia a preocupação de se juntar uma grande quantidade de pessoas. Reis (1997) destaca, também, que o tratamento dado à morte, espantou os viajantes que passavam pelo Brasil. Esta era uma forma totalmente pública de se encaminhar para o além. Tais preocupações diferenciavam-se dos ritos fúnebres privados dos protestantes europeus, que tinham a convicção de que de nada lhes serviriam as medidas e cuidados tomados com os ritos fúnebres, comuns no Brasil do século XIX, para a salvação das almas.

Dessa forma, as irmandades seguiam suas tradições e mantinham suas atividades na cidade com destaque e pompa. Quanto mais relevância o irmão tivesse na sociedade, mais prestígio teria o seu funeral, que, provavelmente, contaria com a participação de outras irmandades, como a do *Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora das Neves*, que também era composta pela elite local.

Quanto às demais atividades, desenvolvidas pela irmandade, podemos destacar, também, a implementação do hospital (o segundo da cidade, construído, ainda no século XVII), financiado pelos integrantes desta instituição. A própria história dos hospitais da Parahyba, assim, como, qualquer mapeamento que for feito sobre a saúde nesta província irá se direcionar para a história da Santa Casa da Misericórdia.

Era instituído no compromisso (documentos oficiais, que regem as atividades que serão desenvolvidas pelas confrarias ao longo de seu percurso. Eram aprovados pela Igreja e pelo Rei. No caso da Santa Casa de Misericórdia da capital da Província da Parahyba, o compromisso seguia o modelo implementado em Portugal. Os documentos podiam ser renovados e alterados, ao longo dos anos, mas precisavam ser aprovados novamente.) que as Santas Casas, tinham como uma de suas obrigações a construção de um hospital, ao lado, da Igreja para atender os enfermos e desvalidos. Neste caso, a elite não usufruía diretamente do serviço da irmandade, visto que o correto e de bom tom era que o paciente esperasse por seu médico em casa. Era o hospital uma das funções mais importantes da instituição. “Antes da construção do Hospital da Santa Casa, o atendimento aos doentes e pobres, operários e soldados, era feito em casas particulares, onde os irmãos da Misericórdia levavam o lenitivo à dor, o pouso, o pão, a roupa e os remédios nas pequenas choupanas que habitavam.” (SEIXAS,1987, p.65).

Um fato interessante, nesta imbricação das administrações, era que o médico da província, ou seja, o médico contratado pelo governo exercia suas funções no hospital da Santa Casa. E sua escolha era motivo de divergência entre as diversas autoridades locais, por se tratar de um cargo de destaque e de relevância política. O hospital atendia a todos os tipos de doenças, inclusive mentais; atendia a homens, mulheres (que tinham enfermarias separadas, nem sempre em boas condições); atendiam a crianças e a idosos. Em alguns momentos recebeu a nomenclatura de *Hospital de sangue*, quando tratava dos feridos de guerras e revoltas, em outros momentos servia para confinar os doentes contagiosos das epidemias que assolaram a Parahyba, em momentos diferentes. Entre as queixas mais comuns, estava a falta de leitos, devido à falta de espaço físico e de financiamento. Os que existiam eram rapidamente ocupados.

A questão financeira seria outra peculiaridade desta irmandade, pois além da contribuição anual de seus integrantes, esmolas e donativos, financiavam juntamente com verbas do governo, o funcionamento deste hospital. Tal financiamento era motivo de

discussão entre os Provedores e os Presidentes da Província, ao longo da história da instituição. (SEIXAS,1987, p.70).

A Santa Casa da Misericórdia auxiliava não apenas nos males do corpo e do espírito, mas também, nas questões sociais. Esta afirmativa é motivada pelas ações da Santa Casa, com relação aos doentes presentes na sociedade. Se a instituição não existisse, muitos ficariam nas ruas e pelos becos, sem um lugar para onde ir e descansar em paz. Não seria interessante, para o “povo” de bem e “cidadão honesto”, visualizar, em seus raros passeios públicos, tal situação lastimável e degradante.

Outra obrigatoriedade da Misericórdia, de acordo com seu compromisso oficial, era o recebimento dos expostos, que eram as crianças abandonadas pelas mães, deixadas na porta de instituições de caridade, como no caso da misericórdia, para que fossem criadas. Os motivos do abandono poderiam ser os mais variados possíveis, desde falta de condições financeiras ao encobrimento de uma gravidez indesejada, fosse quem fosse o pai, ou que tivesse acontecido antes do casamento. No entanto, na Casa da Misericórdia da cidade de Nossa Senhora das Neves, não havia espaço para as crianças; mal cabiam as que se encontravam enfermas, pois no prédio não havia espaço para abrigá-las e educá-las. Para não descumprirem com suas afirmativas do compromisso os irmãos da misericórdia adotavam crianças abandonadas, que eram entregues às amas de leite, que recebiam esta incumbência, em casas de bons cidadãos. Estes, por sua vez, recebiam a quantia de 7 mil réis para criá-las. Mas, na maioria dos casos, estas crianças educadas pelas amas, nas casas de pessoas de boa família, passavam a incorporar o quadro dos empregados domésticos da casa. Como constata o trecho abaixo do relatório apresentado, em mesa, no momento da renovação do mandato do Provedor Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira:

Tenho encontrado um número avultado de expostos, alguns dos quais indevidamente recebiam pensões deste pio estabelecimento, já pela idade elevada, e já por se acharem ao serviço doméstico das próprias amas ou criadeiras, reduzi a 7, que atualmente são alimentados por este pio estabelecimento mediante a módica retribuição, já referida, por se acharem eles ainda nas condições de receberem semelhante auxílio, atentos os seus verdes anos. (SEIXAS, 1987, p.251)

A irmandade e seus componentes procuram cumprir com o seu regimento da melhor forma possível, mas as condições nem sempre eram favoráveis. Com o andamento de nossas pesquisas, pretendemos reconstruir este cotidiano complexo que

relacionava instituições pública e associativas, questões políticas e religiosas que atuavam na sociedade oitocentista paraibana, procurando resolver seus problemas cotidianos e garantir uma vida eterna mais tranqüila. Neste ensaio fica não só a certeza de que o conteúdo é amplo e capaz de gerar muitas questões a serem resolvidas com a ampliação de nossas pesquisas na parte documental, mas também a certeza de que, a partir de nossas leituras, poderemos demonstrar a capacidade da elite paraibana de se organizar, de forma a garantir seu poder e *status*. Através de jogos de poder e de relações de parentela, as famílias se mantiveram no poder, desde o século XIX, e muitas permanecem até os dias de hoje.